



FALTA DE RESPEITO!

Banco do Brasil encerra negociações sem atender demandas dos funcionários



Paralisação em Paranavai, no dia 10 de fevereiro

Ao fim das negociações sobre o plano de reestruturação que prevê a demissão de 5 mil funcionários e o fechamento de 112 agências, 242 postos de atendimento e sete escritórios, o Banco do Brasil não atendeu as reivindicações dos trabalhadores e nem aceitou retirar as condições para apresentar uma proposta.

Na primeira parte da reunião, no dia 08/02, o banco havia apresentado uma proposta de prorrogação de 30 dias no processo de retirada da gratificação dos caixas, mas condicionou-a à assinatura por todas as entidades do acordo de compensação de horas em decorrência

da pandemia e do Acordo de Comissão de Conciliação Prévia (CCP), ambos já em negociação com a Contraf-CUT.

O banco também exigia a retirada de ações judiciais em andamento contra o banco. A Contraf-CUT recusou. Na segunda parte da reunião, na terça-feira (09/02), o banco retirou até a proposta que havia feito antes e encerrou a conversa. No dia 10/02, os funcionários do BB realizaram paralisações em agências de todo o país. A categoria não descarta a decretação de greve por tempo indeterminado caso o banco não retome as negociações. Mais detalhes em www.pactu.org.br

Perseguição na Caixa Banco tem 30 dias para se explicar



A Contraf-CUT e a Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae) realizaram, dia 08/02, a primeira audiência com o Ministério Público do Trabalho sobre a perseguição sofrida pelos empregados da Caixa por todo o país, por meio da reestruturação imposta pela gestão do banco.

Os representantes dos empregados informaram o MPT sobre as mudanças injustificadas que vêm sendo impostas pela gestão do banco, sem planejamento. Os empregados sofrem com as medidas discriminatórias que vêm sendo tomadas na questão da realocação dos trabalhadores incorporados e aposentados ou próximos à aposentadoria. O Acordo Coletivo prevê a negociação com os trabalhadores antes de mudanças como essas, mas os sindicatos sequer foram informados sobre a medida, que gera pânico e insegurança entre os trabalhadores. O procurador do trabalho deu um prazo de 30 dias para que a Caixa apresente as informações solicitadas para então definir os desdobramentos. Mais informações em www.pactu.org.br

Santander

Funcionários aprovam acordo sobre compensação de horas

Os bancários do Santander de todo o país aprovaram, por meio de votação eletrônica, com 94,8% de votos favoráveis a proposta de adiamento do início da compensação do banco de horas gerado por causa da pandemia do novo coronavírus. O início da compensação estava previsto para janeiro deste ano. A nova data indicativa é março, mas está condicionada à análise das condições da pandemia, com a possibilidade de nova prorrogação. A proposta amplia o período para a compensação de 12 para 18 meses, sendo vedado desconto em folha de pagamento até o encerramento deste prazo. Para a Contraf-CUT, esse acordo traz um pouco de tranquilidade para os trabalhadores que têm banco de horas negativas. Leia mais em www.pactu.org.br

Bradesco anuncia fechamento de mais 450 agências no país

No mesmo dia em que anunciou um lucro líquido recorrente de R\$ 19,458 bilhões, o presidente do Bradesco, Octavio de Lazari, informou que o banco deve reduzir em mais de um terço a sua rede de agências entre 2020 e 2021. O corte faz parte de um plano de reestruturação de despesas que o Bradesco já vem implementando desde o ano passado, quando fechou 7.754 postos de trabalho e 1.083 agências. A estimativa para este ano é encerrar as atividades de mais 450 agências. Em 2019, o

banco contava com 4.478 agências. A Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Bradesco já solicitou uma reunião para debater com o banco os motivos de tantos fechamentos. A maior preocupação é como ficarão os empregos nessa nova reestruturação. No ano passado, mesmo após assumir um compromisso para não demitir durante a pandemia da covid-19, o Bradesco foi um dos campeões em demissões. Confira matéria completa em www.pactu.org.br

Bancários do Itaú aprovam acordo de registro eletrônico da jornada

Os bancários do Itaú aprovaram nacionalmente, por meio de assembleias online realizadas no dia 10/02, a proposta de Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) que regulamenta o Sistema Alternativo Eletrônico de Jornada de Trabalho 2020/2022, com vigência de dois anos, a contar de 18 de setembro de 2020. "Este acordo atende exigência do Ministério da Economia e também é muito importante para os bancários que se encontram em home office, pois traz garantias aos bancários nesta modalidade de trabalho, que estará cada vez mais presente na categoria, mesmo depois da pandemia", afirmou Wendrel Minare Vieira, representante dos sindicatos do Pactu na COE (Comissão de Organização dos Empregados) do Itaú Unibanco. Leia mais em www.pactu.org.br

Coletivo de Mulheres começa planejamento 2021



O Coletivo de Mulheres da Contraf-CUT se reuniu no dia 09/02, e definiu uma agenda de atividades para 2021. A primeira atividade que começou a ser preparada foi o calendário de março, mês de luta das mulheres. O combate à violência contra a mulher também foi ponto de pauta, com uma apresentação do Projeto Basta, realizado pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo, que oferece atendimento jurídico especializado para bancárias em situação de violência doméstica. A proposta é pensar um formato e levar o projeto para todos os sindicatos e federações do ramo financeiro.

Para o mês de março, além da violência contra a mulher, as atividades também serão focadas no Auxílio Emergencial, um tema que impacta fortemente as mulheres na atual conjuntura, especialmente as mais pobres e desprotegidas. Mais detalhes no portal www.contrafcut.com.br

Política econômica do Brasil vai para as mãos dos banqueiros



Sem nenhuma discussão com a sociedade civil organizada, a Câmara dos Deputados aprovou o texto-base do projeto que prevê autonomia para o Banco Central. A votação em plenário aconteceu em 10/02, um dia após ter sido aprovada a urgência do projeto. É o Banco Central quem autoriza as instituições financeiras a funcionar, tendo a função de fiscalizá-las. Caso não existisse ou não fosse uma entidade com essa força, poderia haver excessos por parte dos bancos, por exemplo. Também é responsável por controlar a inflação e pela regulamentação e supervisão de todo o Sistema Financeiro Nacional. Isso significa que toda ação ou

decisão tomada pelo Banco Central afeta diretamente as relações financeiras, influenciando em fatores como negociações, investimentos, moedas estrangeiras, crédito e preços.

Essa autonomia, na prática, coloca nas mãos do mercado financeiro os destinos da política econômica brasileira. Com o mercado financeiro definindo os destinos da economia brasileira, poderão ser afetados a oferta de emprego, a inflação, o câmbio e todo funcionamento da máquina econômica do país. Em resumo, os ricos ganham e pobres perdem, como tem sido desde o início a lógica do governo Bolsonaro. Leia mais em www.pactu.org.br

Ataques aos bancos públicos aumenta a miséria no país

O coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB), João Fukunaga, e o ex-diretor de Seguridade do Fundo de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ), José Ricardo Sasseron, entendem que o governo federal quer destruir o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e acabar com financiamento à economia. Eles afirmam que o atual governo, atendendo aos apelos do mercado financeiro, leva adiante seu plano de esvaziar os bancos públicos, vender suas subsidiárias e prepará-los para a privatização. "O governo ataca diariamente as instituições e seus funcionários, demitindo e desmotivando aqueles que dedicam toda a sua vida de trabalho para atender à população e fornecer crédito para a produção e geração

de emprego e renda", destacam. Apesar dos ataques, os bancos públicos são eficientes. Em 2019, os três maiores bancos públicos (BB, Caixa e BNDES) lucraram R\$ 57 bilhões e pagaram, ao governo, R\$ 18,2 bilhões em dividendos. Dinheiro suficiente para cobrir o valor gasto com o programa Bolsa Família que beneficia 8,3 milhões de famílias, e um total de cerca de 25 milhões de pessoas.

Além disso, o Banco do Brasil é responsável por quase 60% de todo o crédito agrícola e pelo financiamento de 70% da produção de todos os alimentos consumidos pelos brasileiros. "Ao tentar destruir os bancos públicos, o atual governo pode comprometer a capacidade de recuperação da economia pós-pandemia, dificultar a geração de empregos e, por consequência, condenar milhões de brasileiros à miséria", concluem. Mais detalhes em www.pactu.org.br